

Da moratória, já

Renegociação, já. Mudanças substantivas na área bancária e medidas concretas na área comercial. Abaixo o protecionismo tarifário, abaixo a agiotagem internacional. Vamos partir para uma ação em bloco e queremos renegociar a dívida externa a nível diplomático, assunto de Governo para Governo. De preferência, sem a intermediação anacrônica e predatória do FMI.

Assinado: João Figueiredo, Raul Alfonsín, Miguel de La Madrid e Belisário Betancur.

A nota conjunta de sábado, a primeira do gênero, coloca as coisas em linguagem diplomática, mas nas entrelinhas do desabafo o leitor profissional identifica o estado de indignação que assola, hoje, os presidentes do Brasil, Argentina, México e Colômbia. Eles simplesmente, não estão conseguindo governar coisa alguma. Bem ao contrário, estão sendo desgovernados de fora para dentro. Está dito na nota.

"Não aceitamos ser acuados a uma situação de insolvência financeira forçada e de paralisação econômica prolongada".

Certo. Não bastasse a espoliação galopante dos juros de mercado, os países credores deram de ressusciutar ao meio-dia, com sol a pino, o conde Drácula do protecionismo comercial. E o pior de tudo: introduzindo nos centros de decisão dos endividados exauridos a auditoria bancária do FMI — um poder de intervenção externa que anda provocando mais devastação interna que um ataque teleguiado de mísseis de longo alcance e forte impacto.

Diplomaticamente, os quatro signatários da nota conjunta não fazem referência ao papel do FMI. Mas confessam estar acuados a uma situação de "paralisação econômica prolongada".

Tradução: recessão por decreto, sem alternativa, orquestrada e patrulhada pelo FMI, que teima em aplicar em país magro e anêmico o receiturário de emagrecer país gordo.

O Brasil, por exemplo, deixou-se dominar por um desvio metabólico grave: a anorexia econômica, doença identificada por sinais de repulsão física por mercado, por produto, por emprego. Nada do que favoreça o crescimento da produção deve ser tolerado pela autoridade econômica.

Enjuada com cheiro de comida, a administração patrulhada jura, por todos os

juros, que a reativação dos negócios reativa a febre alta dos preços — como se a inflação tivesse desabado de 100 para 12% ao ano ao cabo de exatamente 40 meses de recessão dita corretiva...

O Brasil não caiu na recessão por culpa do FMI, mas por culpa da "fadiga do material" do modelo econômico do pau-na-máquina, hoje traduzido por modelo do pau-na-gente.

A culpa do FMI está na adoção de um receituário equivocado, que só faz por agravar e por perpetuar o estado de desfibramento geral da economia inflacionada.

Discute-se muito as sobretaxas de juros e as sobretaxas de comércio, mas não se dramatiza, na renegociação apenas esboçada da dívida externa, as sobretaxas de intervenção do FMI nos centros de decisão dos governos endividados.

Estamos vivendo sob "Estado de Sítio", decretado de fora para dentro pela Comunidade Internacional.

O Congresso Brasileiro não consegue levantar do Governo uma única informação, por requerimento protocolar, dos nossos planos, das nossas metas e das nossas contas.

Não está conseguindo, sequer, registrar depoimentos de ministros da área econômica na conclusão da CPI da Dívida Externa.

Enquanto isso, meia dúzia de patrulheiros profissionais do FMI, todos especialistas em desvios da fartura, ataca de "tropa de ocupação" no interior dos nossos centros de decisão, blefando como peritos em vazios da penúria.

De repente, o brasileiro perplexo descobre que o reajuste do pão nosso de cada dia, em junho, é cobrança do FMI. A manutenção do arrocho salarial, repellido pelas empresas inteligentes, é exigência do FMI. A protelação dos créditos de comercialização da safra de verão é imposição do FMI. O congelamento do setor imobiliário é corretivo do FMI. A sustentação de juros reais extorsivos é purgante monetarista aviado pelo FMI. Deixamos de errar sozinho. Estamos errando em dobro, acompanhados.

Raul Alfonsín que o diga.

Presidente novo, eleito pelo povo, do alto de uma dívida externa de US\$ 42 bilhões (para um PIB de US\$ 49 bilhões), Alfonsín confessa que não está conseguindo governar a Argentina no calibre e na urgência de um programa verdadeiramente saneador na área econômica.

Os patrulheiros do FMI não

são especialistas em Argentina, mas querem dar a palavra final sobre as decisões econômicas.

Miguel de La Madrid, também eleito diretamente pelo povo, suspira fundo: o México fez tudo o que o FMI mandou fazer, mas não está conseguindo juros menores nem prazos maiores para o pagamento de sua dívida de US\$ 87 bilhões (para um PIB de US\$ 140 bilhões).

Até aqui, arrumou as contas externas submetendo o povo mexicano a um emagrecimento forçado no produto, no emprego e na renda.

Yes, a renda real por habitante, concentrada ou mal distribuída, decresceu de 19% desde 1980 — exatamente na época da colheita do bilhete premiado da loteria do petróleo...

João Figueiredo coça a cabeça, a caminho do outro lado do mundo: a Argentina ainda não embarcou na cartilha do FMI e diz que não vai entrar nessa fria: sabe errar sozinha. O México executou o receituário ao pé da letra e se confessa na mesma situação do pecuarista da anedota, o que matou a vaca (da economia) para acabar com o carrapato (da dívida).

O Brasil que preferiu brincar de cartas de intenção, no figurino do ritual bancário, perdeu na recessão viscosa, na inflação em dobro, no desemprego geral, na desesperança coletiva, mas ganhou no esgotamento acelerado da paciência cívica, maioria silenciosa saindo às ruas para a gigantesca concentração plebiscitária da "mudanças, já".

Em resumo: o México democrático administrou a dívida e se deu mal. A Argentina ainda está na defasagem da mudança de governo (e não apenas de governante) e informa que rejeita a tutela do FMI e ignora a cobrança dos bancos na data certa e no juro incerto.

Em tempo de muda no plano político, o Brasil finalmente reconhece que não mais suporta carregar o compromisso externo nos termos do contrato bancário e admite a formação de um "clube de devedores" latino-americano para a decretação, em bloco, de uma "moratória, já".

Moratória politicamente negociada, se possível. A opção do pagamento da dívida ao pé da letra está esgotada. Única alternativa para a moratória negociada: o calote continental, cerca de US\$ 333 bilhões, segundo estimativa do Banco Mundial.

Aliás, um bonito número.